



MANIFESTO ELEITORAL **2012**

Isaías Samakuva



www.samakuva.com • www.unitaangola.org

ÍNDICE

- Prefácio do Presidente da UNITA | 03**
1. Um Presidente para Todos os Angolanos | **06**
 2. Uma Governação de todos e para todos | **07**
 3. Defesa do Estado de Direito Democrático | **08**
 4. Reforma do Estado | **09**
 5. Direitos, liberdades e garantias dos cidadãos | **10**
 6. Descentralização e desconcentração do poder | **11**
 7. Organizações da Sociedade Civil | **11**
 8. Revisão Constitucional | **12**
 9. Consagração constitucional do direito ao voto no exterior | **12**
 10. Independência dos Tribunais | **13**
 11. Prestação de contas | **14**
 12. Combate à Corrupção | **15**
 13. Combate à fome e à pobreza | **16**
 14. Acesso à Saúde para todos os cidadãos | **18**
 15. Segurança Social | **20**
 16. Promoção da Habitação | **21**
 17. Garantia de Salário Mínimo | **22**
 18. Criação de empregos | **22**
 19. Diversificação da Economia | **24**
 20. Promoção de pequenas e médias empresas | **26**
 21. Reinserção profissional dos combatentes e ex militares | **26**
 22. Educação para o desenvolvimento, com ensino gratuito, obrigatório e de qualidade | **27**
 23. Ciência e Tecnologia | **28**
 24. Defesa do ambiente | **30**
 25. Melhoria dos transportes públicos e da mobilidade | **30**
 26. Fornecimento generalizado de Água e Electricidade | **31**
 27. Apoio à Juventude | **32**
 28. Promoção do Desporto | **33**
 29. Igualdade de oportunidades para todos | **33**
 30. Valorização da Mulher | **34**
 31. Protecção da Criança | **35**
 32. Pluralismo de Expressão | **36**
 33. Restruturação da Comunicação Social do Estado | **36**
 34. Paz e Segurança para todos os cidadãos | **37**
 35. Defesa Nacional e Ordem Pública | **38**
 36. Uma solução duradoira para Cabinda | **39**
 37. Dinamização da cultura angolana | **39**
 38. Liberdade de culto e de religião | **40**
 39. Autoridades tradicionais | **41**
 40. A Terra, herança dos nossos avós | **41**
 41. Diáspora angolana | **42**
 42. Política Externa | **42**



Prefácio do Presidente da UNITA Isaiás Samakuva

Angola aguarda pela chegada da Democracia há mais de três décadas. E durante essa longa e resistente espera, o Governo não fez mais do que conduzir um país naturalmente rico a um Estado habitado por um povo cada vez mais pobre e humilhado. **Angola é dos Angolanos.** Angola é de todos os que há séculos mantêm uma incrível resistência e esperança na crença de que **a manhã da sua liberdade e autodeterminação chegará um dia** pela verdadeira via democrática.

Um grupo de dirigentes políticos, com ligações ao partido no Governo, apoderou-se dos recursos que são de todos os Angolanos. Despojou esta bonita terra do sol dourado das suas magníficas riquezas e reparte-as entre eles, entre os seus familiares e entre os seus amigos. Enquanto isso, a grande maioria da população angolana é deixada à mercê da fome e da miséria, subsistindo apenas graças à sua imponente alma e perseverança. O tão merecido dia, em que cada angolano será chamado a comandar o seu próprio destino, chegará e com ele será alcançada a total liberdade e a verdadeira independência.

O Governo, que está no poder há 37 anos, continua a mostrar pouco respeito pelos angolanos, subvertendo as instituições do país, promovendo a corrupção e asfixiando uma bela flor com que sonhamos há tanto tempo: a Democracia. Nas últimas décadas assistimos a fraudes nas eleições e a violações flagrantes e sem qualquer pudor ou embaraço das leis que o próprio Governo redigiu em nome do Povo. Vivemos num País no qual os estrangeiros são mais protegidos que os angolanos. **Num País que atirou a juventude - o seu mais valioso bem - para o precipício do desespero, deixando-os sem Futuro.**

As nossas mais novas e promissoras gerações são conseqüentemente abandonadas à mercê do desemprego sem qualquer possibilidade de acesso a uma formação técnico-profissional adequada.



E quando, desiludidos e com vontade de mudar o País onde nasceram, estes jovens criticam e protestam em diversas manifestações que promovem, são corridos à bastonada. São violentamente reprimidos com ferros, cães e armas de fogo das forças da autoridade.

Nós sonhamos com um País onde os jovens que querem abraçar a liberdade e o futuro não sejam tratados como malfeitores. Nós queremos o país com que sonhamos há mais de 30 anos. **Uma terra que os jovens sintam que é a sua.**

O direito à manifestação e à crítica é uma das condições base para a existência de uma Democracia. Não mais aceitaremos que os jovens manifestantes sejam feitos presos políticos e julgados como se fossem criminosos perigosos quando tudo o que desejam é expressar livremente a sua opinião. Alguns são raptados sem que as forças da autoridade se justifiquem perante os seus familiares, o País e o seu Povo, fazendo lembrar o que os angolanos já sofreram no tempo do partido único.

Nós sonhamos com um País cujo futuro não foi roubado por fraudes eleitorais e vergonhosas alterações da Constituição da República que inventaram a atípica figura do cabeça de lista subvertendo e acabando assim com as eleições presidenciais directas em Angola. Nós queremos uma Terra que não fique à mercê de um grupo de dirigentes políticos que enriquece enquanto o povo morre na miséria.

Angola é dos Angolanos, dos seus filhos e dos seus netos. **Angola é de todos e não apenas de alguns.**

Angolanas e Angolanos,

No estado em que se encontra o País, conseguem imaginar um futuro melhor para vós, para os vossos filhos e para os vossos netos? Nós sonhamos com esse País moderno, livre e solidário. É para isso que a UNITA quer trabalhar e é nesse caminho que iremos colocar Angola.

Com a experiência acumulada desde 1966, a UNITA sintetiza neste Manifesto Eleitoral as linhas estruturantes do seu programa para mudar Angola e melhorar a vida de todos os angolanos.

A Angola com que sonho há mais de 30 anos não é aquela que no futuro será sempre governada pelo mesmo partido, como hoje acontece. Sonho com uma Angola que é governada por diferentes



partidos em alternância no poder e escolhidos livremente em eleições democráticas pelo Povo. A **Angola da vontade popular está a chegar.**

Num governo da UNITA haverá espaço para todos. Nós sabemos que existem homens de bem e de inegável qualidade política em todos os partidos. E existem também homens bons e necessários nas forças de defesa e segurança e noutros sectores, fora dos quadros partidários. No nosso governo haverá espaço para todos eles.

Que fique aqui bem assinalado que no nosso governo não haverá revanchismo, vinganças políticas nem perseguições individuais. Serão respeitados e defendidos os bens pessoais, a integridade moral e a posição social de todos.

É essa atitude de grandeza, de civilidade Republicana, de comprometimento com a paz, voltada para o futuro e não para o passado, que permitirá que ocorra uma mudança segura nas próximas eleições. É com esta esperança no futuro que acreditamos que, com o passar das décadas, a mudança de governo se irá tornar uma prática natural e desejada em Angola, um facto democrático e positivo, como o é nas nações democráticas desenvolvidas de todo o Mundo.

Não perguntem o que Angola pode fazer por vocês, mas o que vocês podem fazer por Angola agora. Caminhem ao nosso lado. Juntos vamos mudar Angola e colocar os angolanos no centro da mudança.

Unidos pela Mudança, vamos todos construir uma Angola para todos, um País onde a Democracia não seja apenas um sonho.

Vote no PRIMEIRO. Vote na UNITA. Angola em Primeiro Lugar!

Isaias Samakuva



1. Um Presidente para Todos os Angolanos

Em primeiro lugar, o Governo da UNITA assume um importante compromisso: o do exemplo. Agiremos com valores éticos, com transparência e com responsabilidade. **Colocaremos o interesse nacional acima de interesses partidários, sectoriais ou pessoais.** Estamos na política para servir. E a primeira responsabilidade da UNITA é servir Angola.

Logo após a sua eleição como Presidente da República de Angola, o Dr. Isaias Samakuva **suspenderá** as suas funções como Presidente da UNITA suspendendo o seu vínculo partidário. Deixará pois de responder por este partido, **respondendo apenas por Angola aos Angolanos.** Será um Presidente que não se deixará influenciar por questões partidárias nem tomará parte nas decisões do seu actual partido. O seu partido será Angola. Com esta atitude adopta uma postura que é amplamente adoptada pelos Presidentes dos Países mais desenvolvidos do Mundo.

Isaias Samakuva será o Presidente de todos os Angolanos respeitando de igual forma a pluralidade cultural, religiosa e partidária. Será o principal promotor e defensor da paz e da reconciliação nacional. Estará sempre efectivamente submetido ao juramento de defesa da Constituição da República e das leis livremente aprovadas pelo Poder Legislativo. Respeitará e fará respeitar os direitos e garantias individuais dos cidadãos e zelará também pela absoluta independência dos poderes Legislativo e Judicial.

Em segundo lugar, buscaremos o envolvimento das pessoas, através do diálogo permanente. Queremos fazer política com os angolanos e para os angolanos. A participação e o envolvimento dos cidadãos determinam o êxito das propostas políticas. Só um projecto mobilizador do melhor que há em cada um dos angolanos pode gerar um horizonte de esperança para o nosso belo País. Afirmar Angola enquanto país moderno, democrático e socialmente justo é uma ambição que queremos concretizar. Contamos com a energia e a determinação dos angolanos. Queremos reconciliar definitivamente o Povo Angolano.



2. Uma Governação de todos e para todos

O Governo da UNITA será um Governo para todos os angolanos. Não governaremos apenas para os militantes da UNITA. Todos os angolanos merecem usufruir dos dividendos da paz, da Democracia e do desenvolvimento económico e social. A causa da UNITA é a causa de todo o Povo Angolano. **Chamaremos para o nosso Governo todos os angolanos competentes, independentemente da sua militância partidária.**

A história da UNITA provou que o único compromisso que temos é com os Angolanos. Para o Governo da UNITA, a máxima a seguir em todos os seus actos e decisões será sempre a de colocar em primeiro lugar o bem-estar e os interesses supremos do Povo Angolano.

Vamos identificar os angolanos mais competentes e qualificados nas mais diversas áreas do saber científico e cultural e convidá-los para formar o novo Governo de Angola. Convidaremos os melhores engenheiros, políticos, empresários, advogados, médicos e outros, dentro e fora do País, para integrar um novo tipo de Governo. Um Governo que governa para o povo, que seja responsável perante o povo e sensível às necessidades e aspirações de todos os Angolanos. Angola não pode dar-se ao luxo de afastar os seus melhores talentos por critérios de natureza político-partidária, idiosincrasias pessoais ou preconceitos de qualquer ordem.

Vamos reunir os funcionários públicos e agentes do governo para comunicar a determinação do nosso governo de trabalhar com todos. Ninguém será despedido só por ser membro de um partido do Governo ou da oposição. **A era da exclusão acabou.** A partir do momento da tomada de posse do novo Executivo, nenhum cidadão angolano será mais avaliado na base do seu nome de família, do seu partido político, do seu passado, do seu local de nascimento ou da cor da sua pele. O que conta é a competência e o mérito intelectual.

Todos terão oportunidades iguais para mostrar a sua competência. Os funcionários públicos, incluindo os agentes dos serviços de segurança, são funcionários do Estado e não dos Partidos. Serviram o país até agora e continuarão a servir o país quando a UNITA ganhar as eleições e formar governo. Os actuais cerca de 280 mil funcionários não chegam para o trabalho gigantesco associado aos cinco programas de emergência nacional nem para o programa especial de combate à pobreza. Vamos precisar de muitos mais. Por isso, vamos trabalhar com todos para servir a todos.



3. Defesa do Estado de Direito Democrático

Estado Democrático de Direito é um conceito de Estado que garante não apenas os direitos de propriedade, mas, mais do que isso, estabelece, através de uma completa e diversificada legislação, um conjunto de garantias fundamentais alicerçadas no chamado “Princípio da Dignidade Humana”. O termo conjuga dois conceitos distintos, que juntos, definem a forma de funcionamento tipicamente assumida por Estados modernos, solidários e livres: o conceito do governo do povo e para o povo, e o conceito do governo limitado pela lei e pelos direitos humanos. Na verdadeira Democracia, o Estado tem um governo escolhido pelo Povo. Um Governo que dirige os destinos do seu País através dos seus melhores representantes.

Destacamos também a importância do “Direito”. Um Estado de Direito é aquele em que vigora o “império da lei”, através da redacção de legislação própria, adequada e aplicável.

No Estado de Direito, o próprio Estado fica obrigado ao cumprimento das leis, e o seu poder é limitado pela lei e pelos direitos humanos, não se tornando nunca, poder absoluto.

Neste contexto, destaca-se o papel fundamental exercido pela Constituição da República. É nela que se inscrevem os limites ao exercício do poder estatal assim como as garantias dos direitos fundamentais. **O Estado de Direito Democrático não existe sem Constituição da República e fica ferido de morte se esta, apesar de existente, for desrespeitada ou alterada consoante os intentos do poder instituído.**

O Estado de Direito é um sistema jurídico e institucional em que todos, desde o cidadão ao Governo, são submetidos ao respeito da lei. É um sistema ligado ao respeito da hierarquia das normas, da separação dos poderes e dos direitos fundamentais. O poder divide-se em três grandes funções: a função legislativa, a função judicial e a função executiva.

O Governo da UNITA vai promover, desenvolver e defender o Estado de Direito Democrático. Um Estado no qual estejam sempre presentes os seguintes elementos fundamentais:

- a) O primado da Constituição da República de Angola e da Lei, o que significa a subordinação de todos os cidadãos e dos órgãos do Estado à Constituição da República e à Lei;

- b) Uma efectiva separação e independência de poderes, ou seja a separação entre o Poder Executivo (o do Governo), o Poder Legislativo (o do Parlamento) e o Poder Judicial, representado pelos Tribunais, pois só da verdadeira independência entre estes resulta num equilíbrio saudável de poderes que assegura a continuidade da democracia.
- c) Uma efectiva independência dos Tribunais garantida por uma autonomia administrativa e financeira real;
- d) A subordinação dos órgãos de investigação criminal ao Poder Judicial.

4. Reforma do Estado

A transparência é o necessário corolário da mudança em Angola. Só através da efectiva transparência da vida pública poderá haver responsabilização dos agentes políticos. Só dessa forma será possível individualizar aqueles que contribuem para a suspeição na vida política colocando os respectivos interesses individuais à frente da causa pública. A abertura do Estado à sociedade e demais entidades públicas a um amplo escrutínio público deve também estender-se aos partidos. Estes continuam a ser os pilares essenciais do funcionamento do Estado de Direito Democrático.

O Governo da UNITA irá dar prioridade máxima às questões relativas à reforma do Estado. Queremos que o Estado seja uma pessoa de bem, uma entidade para servir os angolanos. **Um Estado para todos.** Queremos mudar e apagar a imagem do Estado Angolano que frequentemente surge como um Estado Corrompido. Queremos o fim dos crimes e das afrontas das autoridades policiais contra os cidadãos que deveriam defender e não atacar. Queremos também acabar com o clima de suspeição que paira na Justiça, fruto da sua aparente dependência do Poder executivo e da corrupção.

Angola deve ser um Estado unitário regional com uma economia social de mercado. Angola situa-se no Continente Africano, e por isso, a UNITA vai trabalhar para que se reforce a identidade africana do nosso país. Nos termos da Constituição da República de Angola, o Governo da UNITA vai pôr em prática uma administração eleitoral independente. O partido no poder não se confundirá mais com o Estado e as fraudes eleitorais não mais voltarão a acontecer.



5. Direitos, liberdades e garantias dos cidadãos

No Governo da UNITA, **a defesa dos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos Angolanos será uma prioridade.** O Estado terá o dever de transpor os direitos, liberdades e garantias da Constituição da República para a realidade do País, ou seja, os direitos passarão a vigorar em concreto e serão defendidos pelos poderes institucionais públicos. Com o Governo da UNITA, acabarão as prisões arbitrárias e os raptos. Será assegurado também na prática o direito à manifestação.

A UNITA pretende colocar a ética e a transparência como matriz do comportamento do Governo e possibilitar a todos os cidadãos a liberdade de pensar sem constrangimentos. A liberdade de decidir apenas e só em função do bem comum. A UNITA assume a vontade de um projecto envolvente, de todos e para todos, desejando as virtudes da diferença e do debate de ideias. É necessário incentivar a crítica construtiva e a disponibilidade permanente para ouvir, dentro e fora do partido e dos meios do poder.

Estaremos próximo dos Angolanos e numa relação franca com as várias instituições e organizações da sociedade. A participação na vida pública é um instrumento essencial na vivência democrática. É necessário assumir uma nova cultura de responsabilidade em Angola. Uma cultura na qual a relação entre o Estado e os cidadãos seja norteada pela confiança e não, como até aqui, baseada na desconfiança. Uma atitude positiva e activa para melhorar Angola e uma postura dialogante e cooperante para procurar as melhores soluções para Angola.

Neste contexto, destacamos o diálogo estruturado para encontrar e colocar em marcha as melhores ideias e propostas para dar esperança aos milhares de jovens angolanos. Teremos empenho e determinação fortes para a **urgência do crescimento económico e do emprego**, sempre na procura de uma Angola mais Justa, Desenvolvida e Democrática.

A política não serve para ganhar dinheiro. A política é o motor da transformação social e da ambição de um futuro melhor. Os dirigentes de um país devem exercer os respectivos mandatos para os quais foram eleitos pelo Povo com total transparência. É por isso que adoptaremos um Código de Ética para o exercício de cargos partidários e para os cargos públicos.



6. Descentralização e desconcentração do poder

Vivemos num País em que o poder se encontra excessivamente centralizado em Luanda e **totalmente concentrado numa única pessoa**: o Presidente da República.

A reorganização administrativa do Estado será a consequência desejada de um debate sobre as funções do Estado moderno, estratega, regulador e solidário. Angola tem sido um Estado centralizado que tem norteado a sua acção por uma forte cultura centralista. A visão moderna que temos do Estado inspira-se nos valores da República, proporcionando níveis intermédios de poder para responder melhor aos problemas das pessoas e criar mais espaços de participação na vida pública do País.

Com o Governo da UNITA, o poder central delegará uma boa parte das suas competências aos **governos provinciais**. Ao descentralizar a administração, através das **autarquias locais**, os governantes ficarão mais perto do Povo para poderem governar para o Povo de forma mais democrática e participativa, prestando-lhe assim contas.

Todos os Administradores Municipais e Administradores Comunais **serão eleitos democraticamente pelo Povo** cumprindo mandatos bem determinados.

7. Organizações da Sociedade Civil

A **Sociedade Civil** tem vindo a fortalecer-se e a ganhar cada vez mais autonomia. **Uma nova geração de angolanos**, saída das Universidades do País e do estrangeiro, vai-se afirmando com consciência crítica nos espaços políticos e científicos.

Com o Governo da UNITA teremos um Estado que reforçará o princípio da integração real e activa da Sociedade Civil na tomada de decisões de interesse nacional. Só conseguiremos implementar uma verdadeira democracia participativa se houver uma **Sociedade Civil forte, interventiva** e que possa realizar o seu trabalho sem constrangimentos impostos pelos detentores do poder.



O Governo da UNITA vai ter nas organizações da Sociedade Civil parceiros privilegiados. Acreditamos que **a Sociedade Civil é a consciência cívica e social de um país!**

8. Revisão Constitucional

O Governo da UNITA trabalhará com a sociedade e o Parlamento para que seja realizada uma **revisão constitucional** que esteja de acordo com aquilo que o Povo quer. A actual Constituição da República ofende o Republicanismo e não reflecte o sentimento geral da colectividade. Os Angolanos querem um Estado Republicano e não uma **monarquia** em que todo o poder fique concentrado apenas numa pessoa. Num Estado de tipo **Republicano**, ninguém tem o direito de ficar décadas e décadas no poder sem prestar contas a ninguém. Essa possibilidade deve ser impedida pela legislação.

Para a realização da revisão constitucional, a UNITA vai ouvir os vários extractos da sociedade angolana e vai respeitar os aspectos de ordem histórica, cultural e jurídica que apresentarem. **A Constituição da República deve reflectir a vontade do Povo e não a vontade de um indivíduo.**

A UNITA quer um país em que o poder não fique todo nas mãos de uma só pessoa, que é o Presidente República. Queremos um país em que se responsabilize cada Ministro, cada Governador Provincial e cada Administrador Municipal ou Comunal.

A UNITA bater-se-á também pela consagração de eleições directas e independentes para o cargo de Presidente da República.

9. Consagração constitucional do direito ao voto no exterior

O Governo da UNITA lutará para que os **cidadãos que se encontram no exterior** - qualquer que seja a razão da sua estadia - **tenham o direito ao voto garantido** pela Constituição da República de Angola. Dentro ou fora de Angola, é preciso acabar com a ideia de que há angolanos de primeira



e angolanos de segunda classe. Ninguém é menos angolano só por emigrar. **O voto dos angolanos no exterior será um direito de todos.**

A emigração já encerra, amiúde, várias dificuldades e prejuízos pessoais, familiares e profissionais. O Estado de Angola não pode acrescentar a essas dificuldades, o não reconhecimento da cidadania plena aos emigrantes angolanos, apenas vigente com o pleno direito ao voto, ainda que fora do país.

Esta lógica democrática é ainda mais necessária se observamos o mundo como uma aldeia cada vez mais global. A maioria dos países desenvolvidos é defensora da votação dos seus emigrantes. Os angolanos que saem do seu país em busca de melhores condições de vida continuam a ser angolanos. Exigimos apenas que seja criado um sistema seguro de recenseamento e voto por correspondência dos emigrantes angolanos espalhados pelo mundo. Reforçamos a necessidade de segurança dos dados para que se evitem erros ou fraudes nas eleições potenciadas por este voto à distância.

10. Independência dos Tribunais

No Governo da UNITA, vai ser respeitada a **independência da Justiça**, de modo a poder ser dignificada. Vai ser aumentada a remuneração dos Magistrados para que eles possam cumprir o seu papel sem o recurso a quaisquer outras actividades paralelas. Os Órgãos de Investigação Criminal deixarão de se subordinar ao Ministério do Interior. O cidadão comum passará a ver os Tribunais como órgãos de bem e deixará de sentir a necessidade de fazer justiça pelas próprias mãos. **Não mais haverá julgamentos políticos.**

A UNITA irá dar uma contribuição coerente e qualificada para que o programa de reformas visando a melhoria da eficiência operacional da Justiça seja executado com êxito e nos prazos adequados. A UNITA vai implementar medidas que contribuam para uma Justiça mais simples e desburocratizada, mais célere, mais acessível, mais transparente e previsível, que assegure o cumprimento eficaz das obrigações, permita o funcionamento eficaz da economia e a **protecção dos direitos fundamentais.**



O Governo da UNITA bater-se-á para que a reforma processual e a reorganização judiciária assegurem que os cidadãos e as empresas possam prever os prazos de decisão dos diferentes Tribunais e as audiências e diligências se realizem de forma organizada e com tempos de espera pré-conhecidos.

11. Prestação de contas

Os angolanos não querem continuar a ter um Estado que não presta contas ao cidadão sobre o exacto valor das receitas que provêm dos principais recursos do país, como o petróleo e os diamantes. Queremos a consolidação de instrumentos de controlo natural da actividade do Governo, que deve sentir-se obrigado a prestar contas sempre que necessário. Mais de 30 anos depois, **o actual Governo não presta contas do que faz com o dinheiro do Povo**. E quando os jovens o exigem em manifestações, são violentamente reprimidos. O Povo Angolano não aceita que, mesmo após trinta anos de poder, este regime não seja capaz de produzir contas nacionais credíveis.

Angola, por incrível que pareça, ainda **não tem um sistema confiável de contabilidade nacional**. A receita nacional não é totalmente contabilizada. A inflação é calculada apenas para Luanda.

Não há garantias de que as contas bancárias e outros activos que constituem as reservas do Estado estejam integralmente protegidas e tituladas somente pelo Estado. Não existe um sistema que garanta a integridade do registo de todas as transacções comerciais públicas.

O Executivo contrai dívidas em nome do povo, **para o povo pagar**, sem a autorização do povo, representado na Assembleia Nacional. Por causa da incompetência deste Governo, ninguém sabe exactamente qual é a situação financeira real deste país.

O povo já não aceita esta situação. O povo quer a mudança. E a mudança é o que iremos conseguir através da vitória democrática. Uma vitória limpa, imparcial e autêntica.

Defendemos a obrigatoriedade da prestação de contas pelos poderes públicos e a **subordinação da política à ética**.



Tendo em conta que o Presidente da República é o mais personalizado e pessoal órgão de soberania, ele não pode usar os seus poderes de forma jurídico-constitucionalmente insindicação. Tem de prestar contas. A não prestação de contas por ele próprio viola o princípio da responsabilidade política inerente à representação democrática. Viola tanto o princípio republicano como o princípio democrático.

Com a UNITA no Governo, haverá transparência, contabilidade pública e privada e **não existirão políticas que visam esconder despesas ou rendimentos**. O Governo aparecerá regularmente no Parlamento e apresentará contas das suas decisões e do Estado da Nação. Além disso, na página electrónica do Governo, os cidadãos terão acesso permanente a toda a informação relativa à actividade do Governo.

Até hoje, as **empresas petrolíferas estão proibidas de divulgar o que estão a pagar ao Governo angolano**. Unidos pela Mudança, é preciso acabar com esta política de mentira e omissão ao Povo Angolano e Votar UNITA no dia 31 de Agosto.

12. Combate à Corrupção

Um dos nossos eixos prioritários da acção política será o combate à corrupção. **A corrupção é inimiga do Estado de Direito e está a enfraquecer o nosso regime democrático**, apresentando-se como um fenómeno que ultrapassa em muito a esfera da actuação pública, sendo transversal a toda a sociedade angolana e, por isso, constituindo-se como uma séria ameaça para o desenvolvimento económico sustentável.

O Governo da UNITA terá um papel determinante neste domínio, comprometendo-se a ampliar a sua capacidade de intervenção e a apresentar medidas e soluções que permitam gerar resultados efectivos na dissuasão da corrupção. O esforço de **combate à corrupção** e de credibilização da actividade política não podem ser bem-sucedidos se não empreendermos uma mudança na forma como convivemos com a informação pública, com a gestão do interesse público, com os contratos outorgados por entidades públicas ou com quaisquer outros actos públicos.

Hoje, **os angolanos não sabem o que o seu Governo faz com o dinheiro que vem do petróleo** e de outras fontes. Os organismos internacionais, como o FMI e a Transparência Internacional, têm procurado levar o Governo a ser mais transparente, mas os resultados têm sido muito poucos. É fácil concluir que **aqueles que todos os dias praticam a corrupção não têm força moral nem política para combater a corrupção**. Todos os anos surgem notícias revelando o desvio de somas imensas do erário público.

O Governo da UNITA vai pautar-se pela boa governação, pela transparência e pelo combate à corrupção com vista a uma distribuição justa da riqueza nacional. **As receitas do petróleo serão tornadas públicas** e não haverá mais nenhum segredo nos negócios do Estado. O Povo saberá quanto dinheiro se recebe do petróleo, dos diamantes e de outras riquezas do país. Com a UNITA, o combate à corrupção vai permitir arrecadar mais receitas que serão distribuídas de forma mais justa para o País. Para se garantir o grande objectivo deste combate, logo depois da sua tomada de posse, o Governo da UNITA vai instituir a **Alta Autoridade Contra a Corrupção** e dotá-la dos recursos e dos mais amplos poderes para o exercício das suas competências.

É tempo de dizer BASTA à corrupção. Só a UNITA pode combater a corrupção.

Vota no 1.º. A Angola em 1.º Lugar!

13. Combate à fome e à pobreza

O Governo da UNITA vai lutar contra a pobreza. Criará um programa autónomo, integrado e descentralizado que irá atacar as causas da pobreza em todas as suas dimensões, quer ao nível das aldeias como das cidades. **A luta contra a pobreza será considerada um problema de Segurança Nacional.**

Não podemos aceitar que num país com tantas riquezas potenciais e que produz milhões e milhões de barris de petróleo todos os meses, boa parte dos seus cidadãos passem fome e morram de fome. Especialmente quando as raízes da fome e da má nutrição são mais políticas do que económicas ou demográficas.



Implementaremos **políticas de apoio aos mais desfavorecidos** como os ex-militares, as viúvas, os cidadãos portadores de deficiência, as crianças e os idosos. O Governo da UNITA vai diligenciar esforços no sentido de atingir em tempo útil as metas dos **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas**. O desenvolvimento económico e social será um objectivo a atingir com forte determinação.

As riquezas do nosso subsolo - que poderiam financiar uma Nação socialmente justa - sustentam um aparato produtivo moderníssimo e condições de trabalho privilegiadas nas plataformas. É a imagem da Angola dos ricos e dos privilegiados.

O outro lado da realidade Angolana aparece no continente, nas nossas cidades e aldeias, onde as indescritíveis carências provocadas pela pobreza, pela miséria, pela doença, pelo analfabetismo mantêm toda uma população prisioneira da injustiça social e das mais precárias condições de vida. O povo Angolano continua a sofrer várias décadas após a independência do País. Os índices de pobreza extrema aumentam vertiginosamente da mesma forma que aumentam os níveis de opulência e corrupção no seio do que mais parece ser uma oligarquia e não uma verdadeira Democracia.

Acabar com a distância entre a Angola que existe somente nas plataformas de petróleo construídas no oceano, da qual poucos beneficiam, e a Angola que existe em terra firme, na qual vivem milhares de Angolanos, significa na verdade acabar com a distancia que existe entre a imensa riqueza natural do País e a pobreza do seu Povo. Essa separação é absurda, imoral e inaceitável. A riqueza de Angola só tem sentido se for também a riqueza de seu Povo.

Como afirmamos recentemente, **“não aceitamos que a pobreza, a miséria e a doença sejam o nosso destino”**. Acreditem, a vida em Angola pode ser diferente. Um país com a riqueza que existe em Angola e um povo com as qualidades do povo Angolano têm potencial para construir uma das economias mais fortes do Mundo e para conquistar um dos melhores índices de qualidade de vida de África.

Por isso, vamos colocar em marcha a criação do Programa Nacional de Combate à Pobreza (PNCP). As soluções sustentáveis para este problema exigem programas de longo prazo. Trata-se de um programa autónomo, integrado e descentralizado que irá atacar as causas da pobreza em toda a

sua dimensão. Ao nível de cada aldeia e bairro do País. Será o programa mais importante do nosso governo. O governo da UNITA irá afectar a este programa pelo menos a mesma proporção de verbas financeiras que o orçamento afecta actualmente para as actividades militares de Defesa e Segurança.

Queremos deixar bem claro que, para nós, os verdadeiros inimigos de Angola e de seu povo são a falta de água potável, a doença, a falta de emprego, a falta de rede de saneamento, a educação de baixa qualidade, a fome, o paludismo, a miséria, o crime e a violência. É contra esses inimigos que vamos mobilizar todas as forças vivas da Nação, toda a inteligência nacional, toda a nossa criatividade e solidariedade.

As soluções serão implementadas a partir de um Plano de Acção para cada Município, contendo quatro elementos fundamentais:

- Um Diagnóstico diferenciado por região que identifica as políticas e os investimentos necessários, em cada Município.
- Um Plano de Acção para cada região que descreva, quantifique e calendarize as acções e investimentos a efectuar e seus responsáveis.
- Um Plano Financeiro para sustentar o investimento, identificando os riscos e sugerindo fontes e métodos de financiamento.
- Um Plano de Gestão que defina os mecanismos de gestão e controlo de cada projecto e os de governação e administração pública, os quais ajudarão a garantir o êxito da sua implementação.

14. Acesso à Saúde para todos os cidadãos

O principal objectivo da Política de Saúde é valorizar a pessoa humana e aumentar a longevidade dos Angolanos. O Governo da UNITA criará as infra-estruturas de apoio para satisfazer as necessidades fundamentais não só da medicina curativa e recuperadora, mas principalmente da medicina preventiva.



O Governo da UNITA atacará a crise sanitária do País em várias frentes: no quadro dos programas de combate à pobreza, no quadro dos sistemas nacionais de previdência ou de segurança social, no quadro da nova política de massificação da oferta e de disseminação de postos e centros de saúde pelo País e no quadro de programas de parcerias internacionais para o combate às endemias.

O Governo da UNITA irá constituir unidades móveis de saúde para servir as populações nas províncias onde vivem. A oferta de serviços públicos de saúde incluirá um médico e dois enfermeiros para servir cada agregado populacional de cinco mil pessoas.

Os angolanos não têm a Saúde que gostariam de ter. Dados combinados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC -Southern Africa Development Community) referentes ao ano de 2010, revelam uma taxa de mortalidade infantil de cerca 160 óbitos de crianças com menos de um ano de idade por cada 1.000 nascimentos-vivos (SADC: 80 óbitos/1000 nados vivos) e uma taxa de mortalidade materna de 600 mortes maternas por cada 100.000 nados vivos (SADC: 486 mortes maternas/100.000 nados vivos). A luta contra a malária, a doença do sono, a SIDA e outras endemias precisa de ser reforçada. A rede hospitalar é pouco funcional.

O Governo da UNITA vai trabalhar para que todos os cidadãos angolanos tenham direito a uma Saúde de qualidade. A Saúde Materno-Infantil precisa de melhorar. **O Governo assumirá a responsabilidade de pagar as consultas e os medicamentos das famílias mais carenciadas, tanto nos centros urbanos como nas áreas rurais.** Com o Governo da UNITA, as melhores Clínicas serão os Hospitais Estatais.

Para alcançar esse objectivo, o Governo vai ter de melhorar a formação dos quadros de Pessoal da Saúde e disponibilizará mais dinheiro ao Sector de modo a que se atinja a cifra de 15 por cento do Orçamento Geral do Estado, tal como foi preconizado pelos Chefes de Estados Africanos na Cimeira de Abuja, em 2001.

Os próprios actuais dirigentes mandam dizer na televisão que a Saúde dos angolanos agora está boa, mas eles preferem ir aos hospitais de países estrangeiros.

No dia 31 de Agosto, vote na UNITA! Vote por uma Saúde melhor!



15. Segurança Social

Nas aldeias ou nas cidades, encontramos todos os dias angolanos abandonados à sua sorte e incapazes de satisfazer as suas necessidades básicas. É o caso dos cidadãos portadores de deficiência, das crianças abandonadas e dos idosos.

A política de Segurança Social do Governo da UNITA radica no reconhecimento da necessidade de uma intervenção activa do Estado na restauração social e espiritual das famílias que assenta em três realidades intimamente ligadas: o perfil demográfico do País, o passivo social da actual geração e a necessidade da conquista da paz social na actual geração.

A UNITA advoga um sistema integrado de Segurança Social que inclui tanto as funções de protecção social como as funções de previdência social. A protecção social das pessoas será garantida por programas diversos de assistência social, subsídios e políticas de discriminação positiva para inclusão e dignificação dos cidadãos mais vulneráveis. A previdência social será garantida através de produtos comerciais como os seguros e fundos de pensões.

O sistema terá cinco produtos principais: seguro social geral para todos, subsídio de desemprego, pensões de reforma, programas de assistência social e outros seguros.

O seu financiamento será distinto. A redistribuição é uma decisão política dependente das prioridades, mas garantida para todos, trabalhadores ou não. Será financiada pelas receitas gerais dos impostos. Em contrapartida, o seguro social deverá fundamentalmente ser financiado através de regimes contributivos públicos equilibrados.

A implementação concertada da política de Segurança Social do Governo da UNITA permitirá que a actual geração não receie dificuldades na reforma e no final das suas vidas, ao mesmo tempo que mobilizará a juventude para o trabalho e para as grandes causas do Futuro, que permitirão fazer voltar a sorrir a terra angolana. Permitirá ainda mobilizar a juventude para o trabalho e para as poupanças que assegurarão o Futuro.

Para a UNITA, a justiça social implica apoiar os mais desfavorecidos e garantir, através do Estado social, um rendimento mínimo para todos.

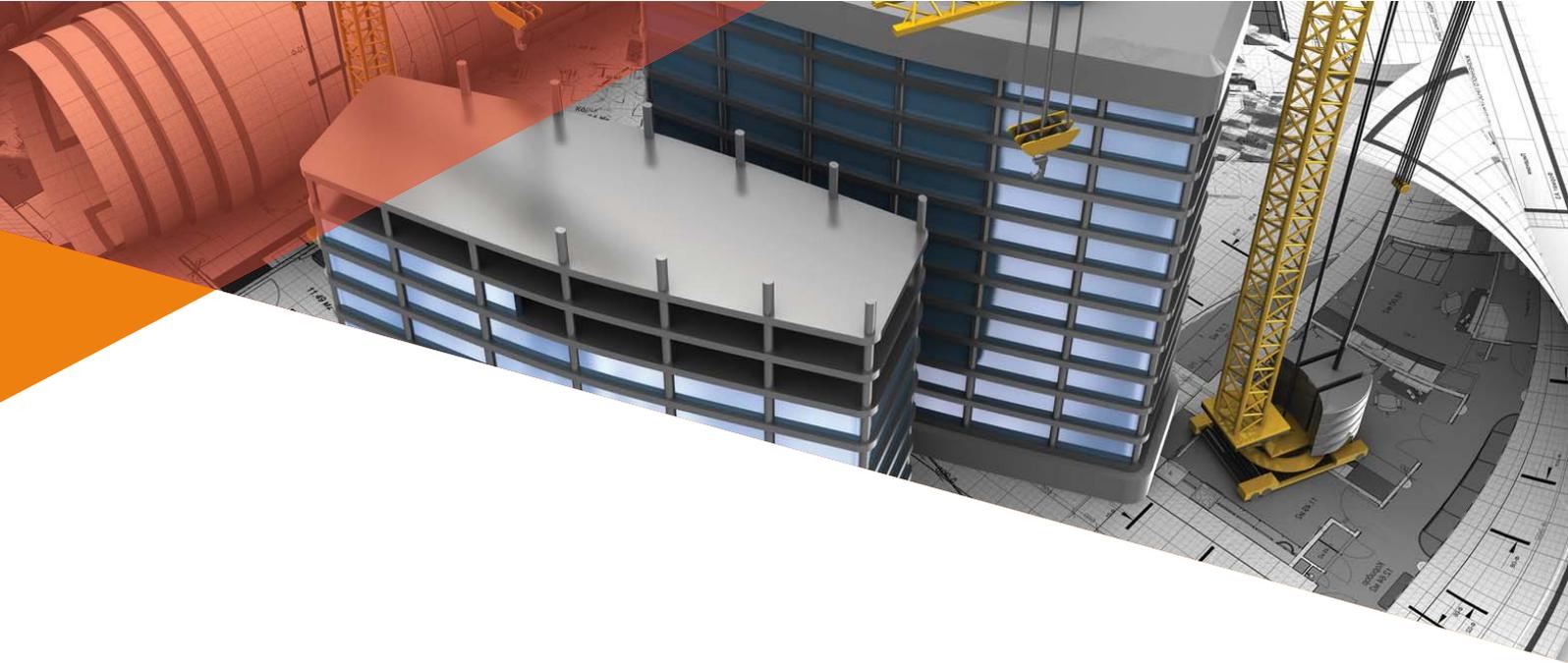
O Governo não pode demitir-se das suas responsabilidades.

16. Promoção da Habitação

Um país desenvolvido não pode ter aglomerados populacionais a viverem em condições habitacionais deploráveis. O Governo executa demolições sistemáticas das casas dos angolanos deixando-os ao relento e aumentando a sua desgraça e miséria. O Governo da UNITA acabará com as demolições selvagens. Onde for estritamente necessário demolir - por razões de interesse do Estado - **o Governo da UNITA vai primeiro assegurar o realojamento condigno dos cidadãos e só depois demolir**. O Governo da UNITA promoverá a construção de habitações sociais onde serão acomodadas as famílias que hoje vivem em habitações precárias.

A política habitacional do Governo da UNITA encerra as seguintes medidas:

- Prioridade aos que estão em situação mais crítica e aos que nunca tiveram uma casa, arrendada ou própria.
- Aquisição de terrenos com capacidade construtiva a preços não especulativos e obtenção de créditos bancários de longo prazo com garantias do Estado.
- Promoção da construção de habitações para arrendamento.
- Execução descentralizada e concorrencial de Planos de Urbanização e construção das respectivas infra-estruturas básicas de acordo com os objectivos do desenvolvimento descentralizado.
- Aceleração do programa actual de construções do equipamento social mínimo, incluindo redes públicas de água, energia e comunicações, balneários, zonas verdes, parques infantis e juvenis, e outras estruturas, nas áreas urbanas e rurais.
- Construção de habitações para assegurar a mobilidade dos funcionários públicos, em todas as províncias, no quadro de uma política global integrada da habitação que incluirá as correspondentes medidas de carácter institucional, financeiro e técnico.



17. Garantia de Salário Mínimo

Queremos uma Angola diferente da que temos. Uma Angola na qual o homem do campo tem incentivo para produzir na sua terra. Em que os empresários nacionais têm incentivos do Governo. **Em que os funcionários públicos recebem salários que estão à altura de sua função** e em que a ocupação das funções do Estado não é partidarizada e obedece aos critérios republicanos de observar o interesse público em primeiro lugar.

Tendo como objectivo maior o combate à fome e à pobreza, **o Governo da UNITA vai institucionalizar a prática de um salário mínimo mensal de 50.000,00 Kwanzas** (cerca de 500,00 dólares americanos, ao câmbio actual).

O salário mínimo é o mais baixo valor de salário que os empregadores podem legalmente pagar aos seus funcionários pelo tempo e esforço gastos na produção de bens e serviços. Representam também o valor menor pelo qual uma pessoa pode vender sua força de trabalho.

A definição de um salário mínimo nacional a pagar aumenta o nível de vida dos trabalhadores e reduz a pobreza.

Com vista a proteger os ramos estratégicos da economia nacional, o Governo da UNITA vai também recorrer à **fixação de preços máximos e mínimos**. É o que vai acontecer nos produtos agrícolas de primeira necessidade (leite, milho, batata, arroz, mandioca, etc.), no pescado, nos produtos pecuários (carne, leite, ovos, etc.) e ainda nalguns produtos de origem industrial (açúcar, medicamentos básicos, livros, etc.).

18. Criação de empregos

O pleno emprego é um dos pilares da política económica do Governo da UNITA. Adoptar a política de pleno emprego significa criar políticas que absorvam a grande maioria da população activa nacional em actividades produtivas, tanto na realização das tarefas do Estado social, como no sector formal da economia de mercado, como no sector tradicional e no sector informal.



Serão criados mecanismos inovadores para absorver toda a gente na concretização dos programas sociais para aliviar o sofrimento, massificar a agricultura, garantir a segurança alimentar e social, prestigiar a educação e promover o desenvolvimento humano. Os agentes da economia informal serão também absorvidos na economia formal, enquanto se implementam medidas eficazes de **combate ao desemprego** e seus efeitos.

O Governo da UNITA irá dar prioridade absoluta à criação de programas capazes de gerar empregos. A agricultura será estimulada e será incentivado o negócio baseado nos artigos produzidos no campo, incluindo a sua comercialização (**agronegócio**). A mão-de-obra pouco qualificada será importante no apoio à expansão da agricultura.

A criação de empregos passa também pela **criação de incentivos à indústria**. O comércio será igualmente mais liberalizado. O Governo da UNITA vai diversificar a economia para que não fique refém dos recursos petrolíferos.

Para o emprego, a acção política do Governo da UNITA é e será definida por três palavras:

- **Responsabilidade**, contribuindo de forma activa para resolver os problemas que enfrentamos, na formação dos consensos que verdadeiramente defendam o interesse nacional e criem bases sustentáveis para a melhoria das condições de vida dos angolanos;
- **Solidariedade**, na partilha de sacrifícios entre todos os angolanos e na defesa, também, da equidade entre gerações, como forma de não colocar em causa a coesão social nem comprometer o futuro;
- **Modernidade**, como meio de importante reforço da nossa capacidade competitiva, elevando a produtividade do trabalho e criando condições para o aumento sustentável dos salários e do nível de vida das pessoas.

Esta é a Angola com que sonhamos. A Angola do desenvolvimento com **Justiça Social** na qual o nosso enorme potencial económico estará a serviço de todos - empresários e trabalhadores angolanos - gerando riqueza e empregos. **Uma nova Angola** que será exemplo de sensibilidade social entre as nações africanas e **uma só Angola** onde reduziremos essa distância entre a realidade das plataformas e a realidade da terra firme.



19. Diversificação da Economia

Somos uma nação rica como poucas. A natureza presenteou-nos com reservas de riquezas em metais preciosos e minerais estratégicos indispensáveis à economia do século XXI.

Contudo, sobre esta crosta de riquezas vive um povo em estado de miséria, doença e ignorância. Esta situação mata vocações artísticas e científicas de valor universal antes mesmo de estas sequer se manifestarem. Relega talentos que poderiam ser desenvolvidos às actividades banais e corriqueiras e sequestra o futuro dos nossos filhos.

O fomento e modernização da actividade do sector primário da economia, com **destaque para a agricultura, pecuária e pescas**, serão prioridade, na medida em que são produtores de bens essenciais à alimentação, produtores de matérias-primas para a agro-indústria nacional. São também a base do fomento e diversificação das exportações, para além de serem sectores geradores de milhares de empregos.

O Governo da UNITA vai incrementar a produção interna substituindo paulatinamente as importações pelas exportações e vai lutar contra os altos preços praticados actualmente no nosso País. O trabalho será valorizado e, para isso, os salários serão de acordo com o trabalho efectuado e de acordo com o custo de vida.

O salário mínimo vai ser protegido e assegurado. O Governo praticará uma economia social de mercado impulsionada pela **Democracia política e económica**. Os rendimentos dos recursos estratégicos, como o petróleo, estarão ao serviço do bem-estar das populações.

Procederemos a uma distribuição regional do Orçamento Geral do Estado de forma mais equilibrada e equitativa, visando reduzir as actuais assimetrias regionais e sociais. O mecanismo actual de preparação, discussão e aprovação do Orçamento Geral do Estado será reformulado e passará a contar com a participação directa e aberta da Sociedade Civil, para além dos habituais parceiros sociais.

Neste sentido, vamos convocar uma reunião imediata com as lideranças empresariais, para delas ouvir o que o governo pode fazer para corresponder às prioridades económicas do País e às



expectativas das empresas, grandes e pequenas. Isto permitirá desenvolver e implementar o modelo certo de desenvolvimento da infra-estrutura física e humana, através de políticas dinâmicas de investimentos massivos na educação, saúde e na criação de empregos, em todo o território nacional.

Defendemos uma economia aberta, moderna e dinâmica que corresponda à era da globalização, mas sem pôr em risco os interesses nacionais. É preciso, é necessário, é urgente, que modernizemos a economia, que a tornemos diversificada, competitiva e transparente, e que façamos uma melhor gestão dos recursos nacionais. **Defendemos o primado das pessoas sobre os mercados.**

Apostamos na economia social como pilar forte dum modelo económico sustentável. Uma economia sustentável ao serviço do Homem tem que ser cada vez mais uma economia regulada, transparente e com políticas públicas que assumam os referenciais de acção e reflectam os mandatos de representação que são outorgados aos responsáveis políticos. Não nos substituiremos à economia e aos mercados, mas também não nos omitiremos perante eles. A UNITA como grande partido defensor da sensibilidade social não abdicará dos seus princípios e dos seus valores na definição duma alternativa sustentável e socialmente justa para o desenvolvimento do País.

Temos características que nos permitem ambicionar vencer na nova economia global sustentável, na qual acreditamos ter mais condições competitivas que na moribunda economia actual, baseada no desrespeito pelo ambiente e na competição sem regras.

É necessário refazer quase tudo. Dizê-lo é reconhecermos a situação complicada de onde partimos no plano político, económico, social e cultural. A tarefa é muito difícil, árdua e exige clareza e muitíssima energia. **Mas Unidos pela Mudança há um caminho. Há um rumo que deve ser traçado, respeitando o património da sociedade angolana.**

Para que isso aconteça é necessário mobilizar os angolanos.

Vote no 1.º. A Angola em 1.º Lugar.



20. Promoção de pequenas e médias empresas

A rede de pequenas e médias empresas constitui um segmento muito importante do tecido empresarial angolano. A promoção e desenvolvimento da actividade destas empresas serão feitos a partir dos talentos existentes na economia informal. Nesse sentido, o Governo da UNITA vai trabalhar para **inventariar esses talentos e facilitar o crédito para a criação e apoio às pequenas e médias empresas**. É necessário estimular o espírito empreendedor dos angolanos, especialmente dos jovens angolanos. **Todos somos poucos para a construção do nosso País.**

Para aumentarmos rapidamente a produção precisamos de mais investimento. Durante os últimos anos, foi infelizmente enorme a redução das verbas canalizadas para o incentivo à produção. Por isso, um dos vectores essenciais da estratégia de desenvolvimento será o aumento do investimento e a sua orientação para os sectores mais prioritários do ponto de vista do equilíbrio económico e comercial. E aproveitá-lo-emos com rigor e capacidade de escolha, apostando nas empresas que têm vindo a contribuir para um crescimento sustentado das exportações e naquelas que substituem importações, reforçando ao mesmo tempo a aposta nas redes de eficiência colectiva, nos pólos de competitividade e desenvolvendo políticas de industrialização de nova geração baseada na competição interna e na competição externa em plataformas com massa crítica e capacidade negocial.

A UNITA vai estabelecer contacto directo com os empresários nacionais para ouvir as suas sugestões e **impulsionar o tecido económico angolano** que se deseja forte, dinâmico e competitivo.

21. Reinserção profissional dos combatentes e ex-militares

O Governo da UNITA vai considerar o apoio aos **antigos combatentes e ex-militares** como um problema de Segurança Nacional e de estabilidade do País. No âmbito das suas políticas económicas, o Governo vai incentivar a criação de **microempresas** em áreas orientadas para os antigos combatentes de forma a poder aumentar os seus rendimentos e defender os **subsídios de reforma** a que têm direito.



O Governo apoiará todos os ex-militares com pensões adequadas e proporcionará uma formação técnico-profissional que facilite a sua reinserção social e profissional. Não consideramos justo que aqueles que deram o melhor de si lutando por este país de armas na mão se sintam hoje abandonados à sua sorte!

22. Educação para o desenvolvimento, com ensino gratuito, obrigatório e de qualidade

O Governo da UNITA vai trabalhar para **devolver aos Angolanos um ensino de qualidade**.

A educação será um dos pilares fundamentais da política económica e do desenvolvimento. Constitui um dos cinco programas de emergência nacional a ser tratado como questão de segurança nacional.

Actualmente, os dirigentes do país não confiam no nosso sistema de ensino e mandam os seus filhos estudar no estrangeiro.

Faremos uma reforma do ensino que coloque os estudantes no centro das decisões dando mais relevância à qualidade do ensino e dos alunos que formamos do que à estatística dos números registados. **Os estudantes não são numa mera estatística.**

O Governo da UNITA vai lutar para **reduzir o analfabetismo no país**; vai implementar um **ensino obrigatório e gratuito para todos os jovens** até ao ensino médio e vai **promover um ensino profissionalizante** adequado às necessidades do País. O Governo trabalhará com entidades bancárias competentes para que **ao estudante do Ensino Superior seja possível disponibilizar um crédito bancário** que deverá ser pago por amortização, a partir do fim do seu curso, quando for inserido no mercado de trabalho.

De modo a conseguir cumprir todos estes objectivos, o Governo da UNITA vai atribuir verbas crescentes à Educação, no montante total de pelo menos 19 por cento do Orçamento Geral do Estado.



O nosso sistema de ensino pode ser de muito boa qualidade e reconhecido internacionalmente se nele investirmos.

Angola fará nas próximas décadas um investimento massivo na educação, para transformar a escola no factor catalisador da mudança e preparar convenientemente os jovens para serem competitivos nos mercados de trabalho de Angola e da região. As principais medidas de política a instituir incluem:

- **13 anos de escolaridade mínima, obrigatória e gratuita.**
- **Valorização da carreira docente**, tornando mais rigorosa a sua preparação e qualificação. Criar também novos sistemas de remuneração e estímulo e assegurar a permanente actualização dos professores e o seu aperfeiçoamento académico;
- Adaptação dos currículos escolares e académicos às necessidades do desenvolvimento humano e do mercado de trabalho para atender especificamente aos programas e valores que impulsionarão a sustentabilidade do País;
- Maximização do uso das tecnologias de informação e da Comunicação Social para a massificação do conhecimento, da moral social e da cultura nacional e universal.
- Alargamento da rede escolar nacional e reestruturação da mesma no conjunto dos vários graus e ramos de ensino, tanto público como privado, acompanhando e orientando permanentemente a sua evolução. Aumentar a qualidade da rede de ensino e expandir geograficamente os seus vários níveis.

23. Ciência e Tecnologia

O Governo da UNITA vai afirmar a Ciência como instrumento da modernização do Estado e da sociedade, fonte de conhecimento para a criação de novas tecnologias, para o desenvolvimento humano e para o crescimento económico. Serão multiplicados os investimentos na investigação



para o desenvolvimento, através de parcerias público-privadas, em programas de qualificação dos recursos humanos.

O Governo da UNITA vai maximizar o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação social para a massificação do conhecimento, da moral social e da cultura nacional e universal.

O Governo da UNITA vai apoiar o surgimento de indústrias energéticas limpas e renováveis (energia solar e energia eólica) e biocombustível, principalmente no sector rural e nos pequenos aglomerados populacionais, dando maior prioridade às regiões onde não seja possível implantar com sustentabilidade centrais mini-hídricas.

Todo o apoio será dado às Universidades e às iniciativas privadas para que possam desempenhar bem o seu papel social em programas de investigação e promoção da ciência e da tecnologia.

Temos que trazer para Angola a melhor educação que o mundo moderno pode proporcionar.

A melhor medicina, a melhor tecnologia, a melhor saúde preventiva e a melhor prática de preservação do meio ambiente.

Em resumo, bem administradas, as nossas riquezas têm que ser capazes de “comprar” a prosperidade para o nosso povo. Nada nos impede de buscar a excelência em todos os campos.

Angola é hoje um País mais preparado para transformar o conhecimento, a tecnologia e a capacidade inovadora em valor. Isso implica assumir uma centralidade política e económica na nova economia global. Implica vontade de liderar em sectores que vão fazer a diferença, como as novas energias, a eficiência energética, as novas soluções tecnológicas e a logística. Ousar aplicar as novas soluções desenvolvidas para construir respostas de proximidade e com elevada qualidade na saúde, na qualificação ou na mobilidade. Fazer do País um laboratório global de novas soluções para a economia global, valorizando os sectores ditos tradicionais e os recursos endógenos.

24. Defesa do ambiente

Esta é uma época de vertiginosa e acelerada transição. Uma transição que certamente nos trará progresso e desenvolvimento, mas que acarreta também alguns perigos. O rosto mais visível do perigo consiste precisamente na sistemática destruição do ambiente levada a cabo pelo modelo de crescimento exponencial consolidado ao longo dos últimos dois séculos. Modelo fundado numa exploração irracional dos recursos renováveis e não renováveis, assim como no consumo intensivo de energia derivada de combustíveis fósseis altamente poluentes, ou de novas fontes ainda insuficientemente controladas.

O Governo da UNITA vai prestar total atenção às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável. Teremos em atenção a utilização racional dos recursos energéticos e tomaremos as medidas necessárias para preservar o património natural que abunda em Angola.

Ao nível da gestão ambiental urbana, defendemos a **necessidade de arborizar as cidades e criar espaços verdes**. Outro problema com que nos confrontamos prende-se com a gestão dos resíduos. O Governo da UNITA vai dar a máxima atenção à limpeza das cidades e de outros aglomerados populacionais.

25. Melhoria dos transportes públicos e da mobilidade

O desenvolvimento das sociedades modernas assenta, entre outros, no princípio da mobilidade. A necessidade constante de nos deslocarmos não deveria encontrar obstáculos de natureza prática.

O Governo da UNITA assume a mobilidade sustentável e a rede de transportes públicos como uma das prioridades para o desenvolvimento sustentado do nosso país. Este será conseguido através da criação urgente de uma rede digna, eficiente e económica de transportes públicos, da redução significativa dos gases poluentes em meio urbano e da redução do ruído nas cidades e da ocupação racional das vias de transportes rodoviário.



Os angolanos não podem continuar a viver desprotegidos como se não tivessem dirigentes. O Governo da UNITA vai-se ocupar de disponibilizar à população **transportes públicos dignos, eficientes e económicos**.

O problema da melhor regulação do trânsito em Luanda e noutras cidades será também abordado de uma forma mais realista e eficaz, no quadro das políticas inovadoras para a gestão sustentável de Luanda.

26. Fornecimento generalizado de Água e Electricidade

O acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano universal necessário ao gozo de uma vida plena e saudável e essencial ao usufruto de todos os outros direitos humanos.

Preocupado com as dificuldades que os angolanos enfrentam para ter acesso a um recurso natural tão essencial, o Governo da UNITA vai dar prioridade absoluta à **distribuição da água** em todos os aglomerados populacionais. A melhoria da rede de distribuição e acesso à água potável será uma preocupação do nosso Governo. **Todos os meios serão utilizados para que o sofrimento da população na busca de água seja reduzido e mesmo eliminado.**

A par da distribuição generalizada da água, o Governo da UNITA vai resolver definitivamente o **problema da rede eléctrica**. Os cidadãos angolanos não necessitarão mais de comprar geradores para as suas casas. O fornecimento de electricidade passará a ser da responsabilidade do Governo.

Não podemos mais apoiar a política de instalação de chafarizes que serviu para a Europa do Século XIX. No mundo de hoje, todas as casas devem ter direito a **água canalizada**. Não podemos mais tolerar as “puxadas” de luz e a necessidade de recorrer a geradores para cada casa. Queremos **luz eléctrica em todas as casas**, todos os dias e a todas as horas!



27. Apoio à Juventude

A juventude angolana enfrenta hoje dificuldades que se agigantam no acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho e ao emprego com remuneração digna. **Estes desafios ameaçam a capacidade de autonomia dos nossos jovens**, o cumprimento das suas aspirações e o seu direito a uma vida digna enquanto membros da nossa sociedade.

Para o Governo da UNITA, a juventude será um factor dinamizador da mudança qualitativa que se preconiza em Angola - pela sua reconhecida capacidade empreendedora, coragem, determinação, ciência e arte de realizar obras que são o orgulho nacional e mundial. Esta parceria com os jovens será efectivada através da participação da Juventude em todos os órgãos de decisão do Governo, num quadro político-jurídico legal e devidamente regulamentado, de forma a garantir os seus direitos políticos, sociais, económicos, artísticos e culturais, assentes nos princípios de igualdade, solidariedade, justiça social e progresso.

O Governo da UNITA vai ainda adoptar medidas que visem a melhoria das condições de vida da juventude e que lhes garanta acesso à educação e formação técnico-profissional (com estágios profissionalizantes em instituições públicas e privadas reconhecidas), acesso facilitado ao primeiro emprego, disponibilização de bolsas de estudo internas e externas, promoção do **Cartão-Jovem**, melhor acesso ao livro, **ensino universitário de qualidade, crédito de habitação bonificado** e ainda outras regalias.

Assegurar que as evoluções demográficas não são vistas apenas como um conflito e uma batalha pelos recursos entre jovens e mais velhos e transformar esta realidade social num cenário próspero de incontáveis oportunidades será uma prioridade para Angola e para o Governo da UNITA.

Defender uma sociedade coesa e que assume a solidariedade e a cumplicidade entre as gerações faz parte das nossas preocupações e constitui um imperativo ético. Alcançar uma distribuição equitativa da prosperidade entre as gerações e assegurar a dignidade das angolanas e angolanos de todas as idades exige um diálogo activo. Será também necessária a criação de instrumentos capazes de solidariedade entre as gerações que promovam o contacto e a inclusão e reduzam inibições e preconceitos.

28. Promoção do Desporto

O desporto converteu-se numa das actividades humanas mais praticadas. Quer seja a nível profissional ou amador, de maneira regular ou ocasional, milhões de pessoas participam nas diversas formas de actividades desportivas existentes. O desporto pode melhorar o bem-estar físico das pessoas. Contribui para o desenvolvimento de um conjunto de aptidões úteis na vida quotidiana, tais como a resistência e o espírito de equipa.

Ciente da importância da actividade desportiva, o Governo da UNITA vai promover **o desporto nas Escolas**, desde o Ensino Básico até ao Ensino Superior. A actividade desportiva reúne muitas pessoas em organizações e associações, as quais se vêem activamente envolvidas em redes culturais onde praticam a responsabilidade democrática.

O desporto possui ainda um significado económico importante. Trata-se de um sector onde poderão ser criados novos postos de trabalho e onde Angola poderá tirar partido do apoio aos investimentos em infra-estruturas, em novas tecnologias e programas de educação e de intercâmbio. Como forma de se seleccionarem os melhores, será estimulada a **competitividade desportiva em cada Província**.

Para além do futebol, do andebol e do basquetebol, o Governo da UNITA procurará estimular outras modalidades desportivas como o ciclismo e a natação. O Governo estimulará ainda uma parceria com as Associações e as Federações Desportivas para a implementação de matérias específicas como a **profissionalização de certas áreas do desporto**.

29. Igualdade de oportunidades para todos

A defesa da Constituição implicará que o Governo da UNITA defenda uma sociedade em que haverá igualdade de oportunidades para todos. Todos deverão ter oportunidades iguais para demonstrar a sua competência e a sua dedicação à Pátria. Nenhum cidadão angolano deverá mais ser avaliado na base do seu nome de família, do seu Partido, do seu passado, do seu local de nascimento, da

sua etnia ou da cor da sua pele. **Com o Governo da UNITA deixará de haver angolanos de primeira e angolanos de segunda classe.**

Queremos uma Angola participada por todos, onde cada pessoa possa ser protagonista do Futuro. Uma Angola para todos os que têm esperança. Uma Angola para todos os que querem e lutam por um trabalho digno. Uma Angola com oportunidades para os jovens, onde estes se possam qualificar e trabalhar. Uma Angola de gente que trabalha e dá todos os dias o melhor do seu esforço. Uma Angola de gente ambiciosa que não se contenta com o seu Passado e almeja um auspicioso Futuro. Uma Angola de cidadãos activos, empenhados, autores do futuro da sua terra e do seu país. Uma Angola onde possamos voltar a sonhar e, sobretudo, onde tenhamos o direito de lutar para concretizar o nosso sonho. **E o nosso sonho é dar um Futuro a Angola!**

Angola precisa de si. Angola chama por si!

Vote no 1.º. Angola em 1.º Lugar.

30. Valorização da Mulher

A igualdade entre homens e mulheres constitui um dos desafios mais importantes na prossecução de uma sociedade mais justa e inclusiva. A participação equilibrada de homens e mulheres nos mecanismos de tomada de decisão é, para o Governo da UNITA, fundamental para uma nova conceptualização da vida pública, para uma nova abordagem da construção democrática e acima de tudo para a geração de uma nova dinâmica social capaz de promover um crescimento mais inclusivo e uma sociedade mais eficiente.

O Governo da UNITA garantirá o seu apoio às mulheres angolanas no que respeita à igualdade **do género** e na solução de todos os problemas sociais que enfrentam. O Governo da UNITA garantirá às mulheres o acesso à herança e à propriedade da terra. Todos os organismos do Estado e da sociedade serão estimulados a seleccionar uma mulher, sempre que para o provimento de uma vaga houver dois candidatos, sendo um deles homem e outro mulher.



Acreditamos ser possível ter melhor qualidade de vida, mais conciliação entre a vida pessoal, laboral e familiar. A forma mais eficaz de a promover é através de uma **maior participação dos homens na vida privada e das mulheres na vida pública**. O reforço da reflexão sobre a participação efectiva das mulheres na vida pública terá de reflectir obrigatoriamente o projecto de sociedade que preconizamos.

31. Protecção da Criança

O Governo da UNITA enfatiza o compromisso de criar **um mundo melhor para as crianças**. Um mundo onde o desenvolvimento humano sustentável - levando em conta o melhor interesse das crianças - é construído nos princípios da Democracia, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social. Um Mundo norteado pela universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.

Um mundo melhor para as crianças é aquele onde todas as crianças adquirem a melhor base possível para sua vida futura, têm acesso ao ensino básico de qualidade, incluindo a educação primária obrigatória e gratuita para todos. É aquele onde todas as crianças e adolescentes desfrutam de várias oportunidade para desenvolver a suas capacidades individuais num meio seguro e propício. Promoveremos, como parte das prioridades nacionais, o desenvolvimento físico, psicológico, espiritual, social, emocional, cognitivo e cultural das crianças.

Compreendendo a necessidade de salvaguardar o desenvolvimento sustentado das crianças, **o subsídio para as crianças de menos de 10 anos de idade** será um direito das famílias mais carenciadas. O Governo da UNITA protegerá os **direitos da criança**. Incentivaremos a criação de creches e de jardins infantis. Será combatido o trabalho infantil, o tráfico de menores, a pedofilia, os tratamentos cruéis ou degradantes impostos à criança, como linchamentos e acusações de feitiçaria.



32. Pluralismo de Expressão

O Governo da UNITA defenderá um **Estado Democrático fundado no respeito pelo pluralismo de ideias**, pelo associativismo político, cultural, social e técnico-profissional, e pela plena e responsável liberdade de expressão e de informação. O Governo da UNITA não será inimigo de ninguém só porque se pensa de maneira diferente dos membros do executivo. **Não há liberdade num País em que não exista pluralismo de expressão.**

Temos tudo para construir no nosso País o mais moderno e autêntico sistema democrático, adaptando-o às nossas condições. Temos à nossa disposição um formidável consenso internacional sobre a essência da Democracia, os requisitos básicos que garantem a imparcialidade dos seus procedimentos e as garantias essenciais que protegem a livre manifestação dos cidadãos através do voto.

Ao nosso dispor, temos um considerável acervo de experiências de Democracias bem ou mal sucedidas que servirão para apontar caminhos a seguir e ao mesmo tempo alertar para os rumos a evitar. **A Democracia é e será sempre a causa do Povo.** A expressão da liberdade e da igualdade de cada cidadão, o mais elevado estágio de convivência política que os homens, ao longo da história, conceberam.

Não nos podemos contentar com nada de menos!

33. Restruturação da Comunicação Social do Estado

O Governo da UNITA vai reorientar a actividade actual de propaganda monopartidária da Comunicação Social do Estado para privilegiar a formação cívica, ética e moral da sociedade e para uma informação plural, verdadeira e responsável ao serviço do Estado angolano.

Com a UNITA a governar Angola, a **liberdade de imprensa** será consagrada na prática. Os Órgãos de Comunicação Social (OCS) do Estado passarão, à semelhança das melhores práticas dos OCS

européus e mundiais, a emitir debates entre dirigentes dos diversos partidos políticos. Os debates, onde se confrontarão ideias e ideais políticos bem divergentes, chegarão assim a todos os cidadãos angolanos. **Não existe um Estado Livre e Democrático sem uma Comunicação Social moderna, eficaz e verdadeiramente livre.** Apenas através da Imprensa, podem os cidadãos tomar consciência do que se passa no País e tomar escolhas conscientes todos os dias e, principalmente, nas eleições para a escolha do Presidente e do Governo da República.

É necessário explicar a todos a realidade do nosso País. Só assim cada um poderá melhor contribuir para o seu desenvolvimento. Se quer ter o direito à verdade sobre o que se passa em Angola, no dia 31 de Agosto, vote na UNITA.

A Angola dos nossos sonhos, que queremos comemorar nos próximos trinta anos, é a Angola da Democracia. A Angola em que vigora o respeito pelas leis e os direitos humanos. Em que existe alternância política e pacífica no poder. Em que os cidadãos não têm medo de expressar as suas opiniões e onde a imprensa é livre para fiscalizar o Governo.

34. Paz e Segurança para todos os cidadãos

Alcançada a paz militar, Angola precisa agora de assegurar a paz social para todos os seus filhos. Este é o **objectivo maior** do governo da UNITA.

Esta paz social resultará tanto da paz política, como da justiça económica e social. A paz política será alcançada através do aprofundamento da democracia e do fim das fraudes eleitorais. A justiça económica e social será alcançada por via da implementação das medidas de política económica e social, delineadas neste Manifesto. Porque estas medidas é que vão reduzir o desemprego, travar o aumento dos preços, garantir a segurança social e acabar com o sofrimento.

O Governo da UNITA vai garantir a todos os cidadãos paz e segurança. O Governo trabalhará para que os angolanos se sintam **seguros dentro e fora de casa**. As autoridades competentes assumirão a punição daqueles que atentarem contra a paz e a segurança.



Com o Governo da UNITA, ninguém será perseguido devido às suas convicções políticas, porque a paz é uma condição social, que não se resume ao calar das armas, nem ao aperto de mão ou abraços entre adversários. A paz é obra da justiça, do respeito mútuo, da tolerância e da solidariedade. Os cidadãos serão livres de se manifestar contra ou a favor daquilo que bem entenderem.

A trajectória em busca da paz, que vimos percorrendo nos últimos 30 anos, evidenciou que a democracia, a mais autêntica que pudermos construir, é o regime político da paz.

Ao aprofundar a democracia, o Governo da UNITA aprofundará os alicerces da paz, fundada na legitimidade incontestável dos governos; porque é a democracia real, e não a democracia tutelada, que confere legitimidade política aos governos. Ao reformar e praticar a justiça económica e social o Governo da Mudança fará florescer a paz, porque é a justiça que promove a paz.

O novo Estado, vai promover a paz social, através da utilização do dinheiro de todos para realizar os direitos económicos e sociais da criança, da juventude e de todos os cidadãos. Estes direitos incluem o direito a ter uma casa com água potável, luz e saneamento; o direito à saúde e medicamentos, o direito à educação básica gratuita; o direito ao emprego duradouro; o direito a uma vida digna.

Esta é a paz da UNITA. Será promovida e sustentada por uma economia social de mercado vibrante. E será garantida, não como uma dádiva, mas como um “direito humano” de todos os angolanos.

35. Defesa Nacional e Ordem Pública

Um dos requisitos fundamentais dos Estados modernos é ser capaz de defender e assegurar a sua soberania pelas estratégias de defesa e segurança. Ser capaz de, no quadro nacional e internacional, assegurar as funções mínimas de defesa e segurança é algo que o Governo da UNITA considera fundamental.

O Governo da UNITA considera as Forças Armadas **um instrumento de garantia do normal funcionamento do País. As Forças Armadas (FA) são simultaneamente um orgulho nacional.**



Como tal, e para que os nossos cidadãos possam gozar efectivamente dos seus direitos de protecção, o Governo da UNITA vai proporcionar às FAA melhores condições para desempenhar as suas funções. Tal passará pela sua modernização, adequação da legislação militar, criação e reabilitação das infra-estruturas militares, reequipamento, formação adequada e principalmente, **a dignificação social dos militares e suas famílias.**

O Governo trabalhará ainda no sentido de estabelecer um **Serviço Militar Obrigatório** de cerca de 18 meses e um quadro permanente de oficiais profissionais de carreira cujos familiares deverão beneficiar de uma assistência social adequada.

O Governo trabalhará para que a Polícia Nacional sirva o seu papel de manutenção da Lei e Ordem sem que tenha de desempenhar actos de violência gratuita contra os cidadãos. Será proporcionada uma formação adequada que privilegie a prevenção em detrimento da repressão.

36. Uma solução duradoira para Cabinda

O Governo da UNITA procurará alcançar, logo após as eleições e por via do diálogo abrangente e inclusivo com todos os representantes legitimados pelo povo cabindense, uma solução político-administrativa que dê respostas plausíveis às aspirações do Povo do enclave. Essa solução será encontrada no quadro da reforma do Estado Angolano.

A UNITA assume o desejo de pacificação no enclave assim como a manutenção de uma paz e desenvolvimento duradouros que beneficiem a população de cabinda.

37. Dinamização da cultura angolana

Os valores culturais tradicionais angolanos fazem parte da nossa identidade nacional e individual. Um País com um património cultural tão valioso tem o dever de preservar e respeitar a diversidade



cultural. Nós angolanos, de origens distintas, partidos antagónicos, culturas e etnias diversas e religiões diferentes, temos muito mais em comum entre nós do que pensamos.

Temos, todos nós, que nos esforçar para converter a diversidade cultural e étnica do nosso País numa fonte de energias sinérgicas e positivas para o desenvolvimento de Angola. Essa diversidade faz-nos mais ricos, mais complexos, amplia as nossas potencialidades e permite a aprendizagem mútua.

Assim, o Governo da UNITA vai promover actividades que valorizem a cultura angolana. Faremos os possíveis para, por um lado, **preservar os valores culturais tradicionais**, como as línguas, tradições, hábitos e costumes que correm risco de desaparecimento. Enquanto, por outro lado, iremos incentivar a expressão de novas formas culturais. Para tal, o Governo da UNITA criará **políticas de estímulo a todos os que se dedicam às actividades artísticas** como a música, pintura, cinema e teatro. Será ainda dada a máxima atenção à promoção de obras literárias angolanas.

A Democracia e o pleno Estado de Direito permitirão o nascimento de uma Angola na qual cada uma das suas culturas será valorizada e protegida com as garantias necessárias para preservar as suas tradições. **E, ao mesmo tempo, que cada cidadão, independente da Nação em que vive, se sinta e se reconheça plena e orgulhosamente como um Angolano.**

38. Liberdade de culto e de religião

O Governo da UNITA vai reafirmar a **laicidade do Estado** em relação ao poder religioso. Vai também respeitar o direito à **liberdade de religião e de culto** de todos os cidadãos. Ninguém será obrigado a professar uma religião contra a sua vontade e autorizaremos a radiodifusão de emissoras pertencentes às Igrejas, como é o caso da Rádio Eclésia.

O Governo **não permitirá de forma alguma que a religião seja um elemento de discriminação** entre os angolanos. A religião é um factor de enriquecimento cultural norteado pelo respeito pela diversidade.

39. Autoridades tradicionais

A independência de Angola tem muitas datas e milhares de heróis. Heróis anónimos, mas verdadeiros heróis. Esses heróis são os homens do Povo que lutaram pela independência e as autoridades tradicionais que mobilizaram suas comunidades na resistência ao colonizador.

Com a actual governação, o poder tradicional foi infelizmente invadido, subvertido e partidarizado. Muitos sobas e reis foram arbitrariamente destituídos e substituídos por pessoas instrumentalizadas por dirigentes partidários. Isto representa um verdadeiro atentado aos nossos valores culturais e históricos.

O Governo da UNITA vai defender um Estado que reconheça nas autoridades tradicionais **interlocutores válidos e responsáveis** na vida política e social, dignificando o papel por elas desenvolvido no seio das comunidades ao longo da nossa história.

O Governo da UNITA respeitará as tradições de cada região e, por isso, não irá interferir na escolha de quem deve ou não ser Autoridade Tradicional. O governo da UNITA **respeitará a linhagem do Poder Tradicional**.

40. A Terra, herança dos nossos avós

A terra deve ser vista como a **herança dos nossos antepassados**. O papel do Estado deve ser apenas o de formalizar a posse da terra junto dos seus respectivos proprietários. O Governo da UNITA não vai aceitar deserdar os angolanos, para nas suas terras instalar outras pessoas.

O Governo da UNITA vai **reformular a actual Lei da Terra** e vai acabar com as injustiças na distribuição da posse da terra



41. Diáspora angolana

O termo “diáspora” é derivado do grego “diaspeirô” (“dispersão”) e pode ser definido como uma comunidade de indivíduos ligados por uma mesma cultura e por uma mesma origem, espalhada pelo mundo e com consciência dos valores específicos que partilham. A condição diaspórica implica a disseminação dos grupos e acompanha-se de uma desterritorialização do plano político, da cultura e das redes de comércio. A sua característica fundamental é a manutenção de uma identidade fundeada na cultura de origem, onde o mito do regresso está muitas vezes manifesto.

O Governo da UNITA vai considerar todos os angolanos espalhados pelo mundo, sem qualquer discriminação, como sendo um dos **grandes activos do País**. O Estado progredirá no sentido de capacitar os serviços consulares para a **emissão de Bilhetes de Identidade, Passaportes e Cartões de Eleitor**.

Os membros das comunidades angolanas no exterior vão reaver a sua plena cidadania e vão poder, finalmente, afirmar a sua identidade angolana. No exterior, os cidadãos nacionais passarão a sentir **orgulho de serem angolanos**.

Os angolanos na diáspora que se preparem para o momento em que serão chamados para ajudar a construir e desenvolver Angola!

42. Política Externa

A segunda metade do século XX ficou marcada pela transfiguração do sistema internacional. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o paradigma das relações internacionais caminhou para uma concepção mais liberal e assente em valores como a autodeterminação, liberdade, cooperação e institucionalização.

A evolução das economias de mercado gerou um quadro de interdependência entre os vários Estados que progrediu no sentido de alargar as áreas de cooperação internacional.



O Governo da UNITA **vai honrar os compromissos do Estado angolano** assumidos no plano internacional. Trabalharemos para a consolidação das relações de amizade entre povos e nações e da cooperação entre Estados e governos.

O quadro geopolítico e geoestratégico das relações internacionais tem vindo a atribuir ao continente africano cada vez mais relevância. O Governo da UNITA vai consolidar a identidade africana de Angola e **incentivar a sua integração regional** como factor de paz, de estabilidade e de desenvolvimento sustentado.

No plano internacional, o Governo da UNITA vai empenhar-se activamente nos esforços diplomáticos com vista à **prevenção e resolução dos conflitos**. A proliferação de Organizações Internacionais e a sua crescente importância motiva a necessidade de olhar para as Organizações Internacionais como actores a ter em consideração na definição da nossa política externa.

O Governo da UNITA procurará, através das organizações internacionais que Angola integra, levar a cabo processos de cooperação que facilitem e estimulem o desenvolvimento da sociedade Angolana e que permitam a sua afirmação e promoção para além das nossas fronteiras. O know-how de algumas Organizações Internacionais especializadas, como por exemplo a Organização Mundial de Saúde, a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, contribuirão para uma Angola voltada para o progresso, para o desenvolvimento sustentável e para a prosperidade!

No dia 31 de Agosto de 2012,

Vote no Primeiro.

Angola em Primeiro Lugar!



Vote no PRIMEIRO.
Vote na UNITA.

Angola em Primeiro Lugar!

1	UNITA	Isaias Henrique Gola Samakuva		 UNITA	<input checked="" type="checkbox"/>
---	-------	-------------------------------	--	---	-------------------------------------

